



Repensando a ditadura sob os pilares conservadores e morais.

Allana Letticia dos Santos¹

Resenha recebida em: 24/06/2020

Resenha aceita em 18/09/2020

SETEMY, Adrianna. **Entre a revolução dos costumes e a ditadura militar:** as cores e as dores de um país em convulsão. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

No panorama de estudos relativos a ditadura militar brasileira – e em especial no que tange as políticas de governo e aos aspectos culturais conservadores da época – foi lançado recentemente uma interessante contribuição da historiadora Adrianna Setemy, ela que é mestre e doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e com pós-doutorado na mesma instituição. Nessa obra a autora mostra com acuidade, como após o golpe de Estado de 1964 no Brasil, inúmeros fatores afetaram o comportamento das pessoas, desde o modo de se vestir, até as questões relacionadas a sexualidade, além disso, nesse mesmo interim ressalta que o mundo tomava conhecimento de uma gama de fenômenos que o abalaria, tais como: o término da Segunda Guerra Mundial, a luta dos direitos civis, a Guerra do Vietnã, da mesma maneira que, introdução da pílula anticoncepcional, a influência do rock, do movimento hippie e do uso de drogas faziam parte das manifestações políticas e culturais daquele momento. O Brasil, por sua vez, sentiu todas essas circunstâncias sob a agonia de uma ditadura, a qual, a repressão não se limitou apenas ao campo político, mas também aos costumes que contestavam os padrões da “moral e dos bons costumes”, a partir da forte interferência do moralismo. Setemy discute esses temas, tendo como fonte de investigação duas revistas *Manchete e Realidade* durante o intervalo entre 1964 e 1968, onde, nos anos 60 desempenharam a capacidade de abordar temas polêmicos, ganhando lucro nas vendas, sem colocar-se em risco pelo viés político da censura ou da recusa dos conservadores. *Entre a revolução dos costumes e a ditadura militar* é um livro, que foi lançado pela editora Letra e Voz no ano de 2019, que nos permite refletir

¹ Graduada em Licenciatura em História na Universidade Estadual de Feira de Santana, mestranda em História, com concentração em História Global na Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista CNPq. Email: allanaletticia@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6459296210284871>.



como foi possível durante os conturbados anos ditatórias a imprensa, com destaque para as revistas citadas, tratem sobre as mudanças comportamentais que se fizeram nesse contexto.

Contudo, é válido destacar que embora as revistas descrevessem a respeito das transformações sociais e sugerissem novos modelos a serem adotados, as mesmas colaboram para a subsistência de um determinado *status quo* e do arcabouço moral e político vigente, pois estavam inseridas dentro do universo capitalista, e em uma estrutura social sob a premissa do regime militar autoritário, estando sujeitadas as veemências dos grandes empresários, que as financiavam e por sua vez estavam ancorados as vontades e valores que o Estado os autorizava divulgar, obedecendo à lei do mercado, como descreveu a autora. É oportuno também enfatizar, e de acordo com Adrianna Setemy, que apesar da mídia depender da indústria e do comércio, a cultura de massa necessita passar pela validação do produto vendável, incidindo, portanto, na decorrência entre produção e consumo. Entretanto, a cultura de massa não possuía autonomia, pois estava submetida as nuances das relações entre sociedade e o meio político, a partir disso é possível refletir que, embora o regime militar tenha por um lado estimulado o crescimento dos meios de comunicação, o mesmo, através da repressão e seus instrumentos de poder, tais como os Atos Inconstitucionais, potencializado principalmente na quinta edição, interferiram no vínculo entre produção cultural e consumo de massa, já que a lei fundamental pressupõe que o mercado agrade tanto o público quanto o Estado.

À vista disso, sob a circunstância da ditadura militar, das interferências do Estado no meio cultural e do consumo de massa, o livro aborda como as revistas *Manchete e Realidade*, enquanto veículos de informação da agitada década de 60, discutiram e publicitaram temas relacionados à moralidade e aos novos costumes de comportamento e relacionamento, levando em consideração o seu destaque no mercado editorial e os elevados números de exemplares vendidos. Nesse sentido, a obra retrata sobre a importância da imprensa periódica, no que tange as transformações dos costumes e a memorização dos acontecimentos, conferindo a essas revistas a qualidade de lugares de memória, que assim como nos lembra Pierre Nora (1993).²

² Nora coloca que os lugares de memória pertencem a dois domínios: simples e ambíguos; naturais e artificiais, oferecidos a mais sensível experiência, mas também fruto da mais simbólica elaboração. Lugares de sentidos simultâneos: material (por seu conteúdo demográfico), simbólico (por definição, já que se caracteriza por uma experiência vivida por um pequeno número, numa maioria que dela não participou) e funcional (por hipótese, porque garante a legitimação da lembrança ao mesmo tempo que a sua transmissão). O principal de se entender sobre os lugares de memória, parece ser que inicialmente é preciso ter vontade de memória, se não fosse este princípio, admitir-se-ia na categoria qualquer objeto digno de lembrança. E na falta da intenção de memória, os lugares de memória serão lugares de história. Porque a razão de ser de um lugar de memória, nesta visão, é parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, imortalizar a morte e prender o máximo de sentido num mínimo



A obra, que traz como questão norteadora a importância da imprensa periódica na construção dos eventos e as concepções relativas às transformações dos costumes, relaciona-se com conceitos que são significativos para a construção dos argumentos que foram expostos. Mas antes de me ater a tais definições, ressalto a importância de abordar algumas particularidades relativas ao próprio campo da história dos conceitos, para tanto recorrei a algumas concepções de Reinhart Koselleck (2012). De acordo com o autor “sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política” (p.98). Ademais, o mesmo autor discorre que “os conceitos fundamentam-se em sistemas político-sociais que são de longe, mais complexo do que faz supor sua compreensão como comunidades linguísticas organizadas sob determinados conceitos chaves” (p. 98). É nessa ocasião que Koselleck pontua a necessidade dos excessivos *ismos*, como ferramentas de “de agrupamento e de dinâmicas para ordenar e mobilizar as massas estruturalmente desarticuladas” (p. 103). No trabalho desenvolvido por Setemy, recorrente a autora utiliza os termos conservadorismos, aspectos cultural, costumes, comportamento, sociedade, política e governo, entretanto, não é feita a menção de qual ponto está partindo para trabalhar esses conceitos, ou uma sinalização, a respeito do pano de fundo político e histórico em que eles se enquadram, em que pese, a obra se tratar da década de 60, a ausência da premissa teórica dos termos supracitados se fez sentir durante a leitura, o que também não descaracteriza a importância e significado do estudo realizado.

Para além dos conceitos que atravessam a obra comentados no parágrafo anterior, o livro conta com três capítulos, intitulados respectivamente sob o título: Alvorço cultural e modernização da indústria editorial no Brasil dos anos 1960; Os bastidores da imprensa pelas páginas, histórias e memórias de *Manchete e Realidade* e A revolução dos costumes nas páginas de *Manchete e Realidade*. Sobre o primeiro capítulo é argumentado em um primeiro momento, sobre os conflitos comportamentais que caracterizam a década de 60 no Brasil e a influência do movimento Tropicalista como uma das expressões do processo de transição cultural, que eclodiu no Brasil por volta de 1967, mas que estava em atuação desde o início da década. Contudo no decorrer das páginas a autora evidencia que o Tropicalismo de maneira ambígua, acolhia conjuntamente ao meio político pela perspectiva cultural, como também às imposições da indústria cultural direcionada para o consumo de massa, que naquela oportunidade

de sinais, mas os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no ressaltar de seus significados e no espinho imprevisível de suas ramificações.



assomava-se com as conveniências do capital estrangeiro e do regime militar. Ainda nesse mesmo capítulo é discutido, de forma breve, sobre o processo de modernização da indústria editorial no Brasil, no qual, a autora aponta que, em que pese, as revistas da época veicularem temas relacionados à contracultura, dentre eles símbolos e artigos, isso não significava necessariamente, qualquer forma de engajamento político, e sim um método de incentivar o consumo, pelo meio visual e sensorial daquelas que pretendiam estar antenado, no tocante, à moda e aos comportamentos, ditados pelos grandes centros de propagação cultural da época, tais como Londres, Nova York e Paris, como estabelece a autora.

Nesse seguimento e buscando compreender o porquê das revistas *Manchete e Realidade* terem sido mantidas em circulação durante a ditadura militar, debatendo temas polêmicos à sua época, o segundo capítulo do livro aborda sobre o percurso histórico das supracitadas revistas, que então se destacavam no mercado editorial brasileiro. A autora tem como ponto de partida, refletir acerca das dificuldades da historiografia brasileira produzida sobre as décadas de 1960 e dos pesquisadores de investigar o regime ditatorial, para além das análises centradas nos movimentos estudantis, passeatas, comícios, barricadas e tantas outras manifestações da contracultura, afastando-se das modificações culturais e de comportamento, que tinham por interferência a política do período. Dito isso é comentado, a respeito matriz inspiradora da revista *Manchete*, que por sua vez, e de acordo com os estudos da autora, se deu através das publicações do periódico *O Cruzeiro*, que teve notoriedade durante os anos de 1930 a 1950, e trazia como proposta serem identificadas como as publicações da família brasileira. Em face dessas condições, por volta de 1952 foi lançando pela Editora Bloch a revista *Manchete*, que conferia cuidado ao aspecto visual, tornando-o mais atraente para o público leitor, levando as bancas não apenas artigos políticos, econômicos ou sobre a cultura, mas também, temas relacionados a atualidade do Brasil e do mundo, o que provocou a satisfação dos leitores da classe média urbana. Em relação ao período *Realidade*, a autora destaca, que o mesmo surgiu a partir das necessidades do novo público leitor da classe média urbanizada, de desfrutarem dos temas com maior profundidade e material gráfico mais sofisticado. Lançada pela Editora Abril no ano de 1966, e sob influência dos modelos internacionais de magazine, tal como a *Panorama* na Argentina, ou a *Realités* na França, Setemy comenta que o periódico não foi algo excepcional diante das circunstâncias em que foi divulgado, pois a mesma estava imersa no mesmo ambiente de possibilidade jornalística das outras publicações da época, no qual, por mais que seus objetivos editoriais fossem diferentes, elas estavam vinculadas entre si.



À vista disso, e reconhecendo a afinidade publicitária entre ambas as revistas, que a autora no terceiro capítulo seleciona artigos desses dois periódicos, relacionados à temas com a emancipação feminina, sexualidade, juventude, comportamentos e costumes da sociedade, visando apresentar como esses debates eram construídos no momento da efervescência política e cultural da década de 60. No tocante, a emancipação feminina, Adrianna considera que ao percorrer as leituras dos artigos nas revistas, percebe que essa ideia estava atrelada ao movimento de saída do lar. Nesse ponto podemos inserir a ferramenta teórica e metodológica da interseccionalidade, que embora não tenha sido abordado pela autora, se faz jus pensar em qual mulheres e classe de mulheres estão sendo induzidas a retirarem-se de suas casas. De acordo com a historiadora Carla Akotirene (2018), em entrevista cedida ao Portal Geledés, a interseccionalidade, “é usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. ” Partindo disso, e ressaltando que as mulheres negras começaram com esse movimento de retirada dos lares em busca não apenas de emancipação, mas também por conta das necessidades de sobrevivência, que o silenciamento dessas histórias tornam-nas vulneráveis a essas estruturas de poder. Contudo, entro em consonância com Setemy, quando afirma que, em que pese, aos periódicos analisados, reconhecerem as transformações que a sociedade testemunhava, os mesmos não deixavam de intensificar que essas mudanças estavam ou deveriam esta firmada em valores tradicionais, ao ponto que, apesar de sempre financeiramente independentes careceriam de manter o zelo à sua honra e aos valores da família cristã, assim como também o homem precisaria está disposto a manter-se como o chefe provedor da família. Sobre a sexualidade, a juventude, os comportamentos e costumes da sociedade, a autora verificou nos artigos das revistas dois aspectos relevantes: o primeiro relacionado as transformações que se autuavam na forma como a juventude se comportavam e viam o mundo, e a segunda concepção, se diz respeito, ao estímulo dado pelas revistas aos valores e símbolos ofertados pelo mercado de bens culturais, para uma fração de jovens que buscavam fugir dos padrões morais vigentes na sociedade, e que passava a consumir roupas influências pelo *hippies*, músicas de protestos, erotismo e sensualidade para estarem na moda.

Dessa maneira, o fato das revistas apresentarem em suas publicações temas tabus à sociedade, isso não exprimia que esses periódicos estavam de acordos com todas aquelas diversidades de assuntos, principalmente sobre a sexualidade. De modo geral, o



conservadorismo ressoava ao lado dessas discussões, e como pontuou a autora essas publicações enfatizam as contradições experienciadas naquele momento até a atualidade. *Entre a revolução dos costumes e a ditadura militar* é uma obra que nos permite refletir acerca da ditadura militar, para além dos modos operantes políticos, nos levando ao exercício de pensar *As dores e as cores de um país em convulsão*, a partir de revistas da década de 60 e como esses enfrentaram as dinâmicas sociais do período, a censura, as contradições entre os que zelavam pelos padrões da “moral e dos bons costumes” e aqueles que contestavam tais posturas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/>. Acessado em 15 de fev. 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro do passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Mas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio. 3ª reimpressão: novembro de 2012.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História*: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.